

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

### REGISTRO DE REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático da Política Nacional de Desenvolvimento das MPes <b>CT07</b>
<b>COORDENADORES:</b> Coordenadores Privados - Eduardo Queiroz /OCB Coordenador Público - Henrique Reichert / Ministério da Economia
<b>LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)</b>

DATA	HORÁRIO	LOCAL
15/06/2022	16h às 18h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams

### ITEM 1 - ABERTURA

- Abertura realizada pelo Coordenador Público Sr. Henrique Reichert que cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a participação.

### ITEM 2 – PAUTA

#### - Atualização sobre status da PNADEMPE

O Sr. Henrique disse que o documento retornou para a SPE e essa alinhou com a equipe o que era a Política. A SPE mudou o entendimento sobre a Política, porém elencou outros problemas.

A SPE questionou os atos da Política que seriam delegados para o Secretário Especial. Sugeriu excluir os artigos 8º e 9º do documento (PNADEMPE).

Consultados, nesta reunião, os participantes concordaram com a supressão dos artigos 8º e 9º do documento da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Com relação ao art. 7<sup>a</sup> a SPE entendeu que poderia causar uma dubiedade jurídica em relação as competências do Fórum frente às atribuições da Lei 123.

Foi sugerido pelo Coordenador que seja feito um ajuste no documento para constar que o Fórum Permanente tenha a função de assessoramento na Política das MPE's, devendo ficar o mais próximo possível do que está na Lei 123/2006.

Nesse sentido, sugeriu a formação de um grupo de trabalho para fazer este ajuste o mais rápido possível.

A Sra. Ariene, representante da CNI, entende que o art. 7<sup>o</sup> está correto, mas pode fazer um ajuste e se coloca à disposição para fazer essas alterações na redação do documento.

O Sr. Antônio Everton também se colocou à disposição para contribuir nos ajustes da redação.

O Sr. Henrique esclareceu ainda que esse ajuste no documento da Política foi acordado com a PGFN.

O Sr. José Hamilton de Brito, representante das empresas de Factoring, Securitização e Empresa Simples de Crédito – SINFAC, disse que a SPE é muito detalhista quanto a forma e entende o porquê das observações mencionadas pela Secretaria de Política Econômica. Disse que a Secretaria se preocupa em estar em congruência com as Leis. Sugeriu fazer uma reunião com representantes do Fórum para alinhar o entendimento de forma mais clara.

**- Discussão sobre o mapeamento dos indicadores com objetivos e eixos da Política Nacional**

O Sr. Henrique disse que o trabalho está avançando e a ideia é trabalhar no levantamento e mapeamento desses indicadores com a ferramenta Miro.

A Sra. Mariana Rodrigues disse que já tem um material pronto; deixou em aberto para outros participantes que queiram contribuir e acrescentou que deve validar o conteúdo que foi produzido com a Ariene (CNI). Citou o Miro como a plataforma ideal para trabalhar na construção de indicadores. E com isso dever monitorar, fazer o plano de ação e avaliar os resultados.

Na sequência fez uma apresentação do conteúdo, já trabalhado, com os objetivos e diretrizes da Política.

O Sr. Henrique disse que esse trabalho de mapeamento é complexo e consiste em avaliar um jogo de indicadores para obter resultados voltados para a melhoria das MPE's.

A Sra. Ariene acha que o Miro é uma ótima ferramenta para trabalhar e mapear os objetivos da Política e disse que pode agendar uma reunião para avançar nas discussões dos indicadores.

O Sr. Mário Doria (FOPEME/PR) acredita que essa Política deve ser um norte para todos os Estados e se coloca à disposição para ajudar.

A Sra. Eneila, representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico (SEDE/MG), disse que os representantes da sua Federação foram favoráveis à moção da Lei do Bem.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

O Sr. Sérgio Miletto também disse que a sua entidade deve se manifestar favorável a moção da Lei do Bem.

### **ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- Formar grupo de trabalho juntamente com a CNI para fazer ajuste na redação do art. 7º da PNADEMPE;
- Secretaria Técnica deverá enviar e-mail para agendar a data da reunião para discutir os indicadores com a CNI;